# COMO CONSTRUIR UMA TEORIA POLÍTICA

**Nelson Saldanha** *

*O Autor discorre sobre os diversos materiais que entram nas propostas teóricas dos sistemas políticos. Mostra que toda teoria política tem como base uma teoria da história e uma antropologia. Segundo o Autor, o material de base para qualquer teoria política inclui muito de "convicção".. Por isto, quem quiser elaborar uma teoria política nova deverá fazer, em relação às fontes de referência, uma distinção entre autores importantes e autores da moda. Disto, certamente, dependerá a solidez da nova proposta. Passa então o Autor a fazer algumas considerações sobre os conceitos e autores que são como que as raízes das teorias políticas. Entre estes figuram, naturalmente, os clássicos, como exemplares e paradigmáticos. Mostra a relação entre a política, a literatura, a psicanálise, a história e a filosofia, que a tudo envolve com sua conceituação teórica fundamental para a teoria política. Por ser dinâmica, na política sempre haverá "ideologia", história e opinião. Por isto, na conclusão o Autor sugere como tendenciosas e ingênuas idéias que falam do fim da história, da política e da ideologia.*

## 1. Construções, materiais, perspectivas.

Certamente a construção de uma teoria, em qualquer área, pode ser comparada à construção de casas ou de coisas que são objetos da engenharia e da arquitetura: sempre há a necessidade de simetria e proporção, de par com a verificação dos materiais e o sentido dos níveis e dos prumos, além da funcionalidade e de um mínimo de estética.

Na construção de uma teoria política se engloba (ou se pressupõe) uma teoria da história e com ela uma teoria do homem - daí seu fascínio, sua complexidade, sua precariedade.

Construir uma teoria, em filosofia social ou em política, envolve uma colocação de materiais: vez por outra encontramos livros com este título, "materiais para um estudo sobre isto" (**Bausteine**

* NELSON SALDANHA é jurista e filósofo. Ex-professor do departamento de Filosofia da UFPE.

em alemão), aliás um tipo de título que caiu de moda. Materiais que se "arrumam" em determinados planos, que se suportam e se apoiam ou se desencontram, convergem ou separam-se, justapõem-se ou interagem.

Creio que os diversos "temas", que correspondem mais ou menos às diferentes "disciplinas" acadêmicas, especialmente em ciências sociais (o poder, a arte, a propriedade, a linguagem), formam como **pátios,** nos quais - por conta das diferentes "disciplinas" - se vão empilhando através dos séculos referências e questionamentos: pilhas de citações, alusões, obras, conceitos, imagens, problemas. E às vezes estes questionamentos e aquelas referências transbordam de um pátio para outro, por cima dos muros metodológicos, ou se distribuem entre dois ou mais pátios, sempre que o acúmulo de materiais se adianta ao tratamento conceitual ou interpretativo que em essência constitui a construção teórica.

* * *

Na revista Atlante (1990, ano I nº 2) encontro reproduções de admiráveis fotos de Anne Garde, fotos que foram realizadas como uma série sob o título "Projeto para um palácio" e tiradas perto de Bordeaux. A perfeição técnica reune, nelas, o insólito e o genético, o poético das folhas e dos reflexos na água e a agressividade dos detritos. Construções semidestruídas , caliça vermelha, ruínas meio fantásticas e rastilhos parecendo fogo, reativados pela incidência da luz.

Como Construir um palácio com materiais tão díspares e com tal dispersão de enfoques? Talvez submetendo à fotografia mais impressionante, a que reproduz ruínas em diferentes pontos de distância, os trastes das outras. A construção há de ser imaginária, há de ser uma invenção ótica e cromática da fotógrafa, mas terá uma realidade estética e envolverá a aquiescência do espectador - com sua variabilidade de perspectivas.

## 2. Sobre o material conceitual

O material conceitual é uma espécie de equipagem, que se articula em forma de referências e se sustenta afinal sobre "convicções". Através dos séculos a prolongada sustentação dos trabalhos teóricos consagrou uma série de livros, que são pontos de referência na chamada história-das-idéias. Ao elaborar-se uma teoria política será conveniente distinguir entre os autores realmente importantes dentro do que se vem dizendo (e dentro do que registra a chamada história das idéias) daqueles que apenas estão na moda. Convém advertir que existem autores e livros que, apesar de pouco conhecidos, podem trazer materiais valiosos como informação ou sugestão. Existem citações mais ou menos necessárias, umas que já se desgastaram com o uso e se tornaram lugares comuns (no mau sentido do termo), outras nem tanto. A existência de modas no tocante às citações é um fenômeno que tem sua história, desde as expressões de Homero presentes nos diálogos de Platão às frases romanas encrustadas nos ensaios de Montaigne e aos comportados artigos de revistas acadêmicas no século vinte. Todos sabem que nos anos sessenta era preciso citar Fromm e Marcuse (mais do que Horkheimer e Adorno, infelizmente); depois vieram Althusser e Gramsci, Claude Lefort e Castoriadis, Foucault e mais outros. Ou então, um pouco para a "direita", Popper e Hayeck, Kolakowsky e Rawls.



Em seu livro sobre "Técnica e Ciência como Ideologia", Habermas (ele próprio tão citado e citável hoje) se referiu às "classificações bipolares" que foram acumuladas pela sociologia desde seu início: contrato e status, comunidade e sociedade, relação primária e relação secundária, cultura e civilização, várias mais. Estas classificações entretanto têm sua relevância na medida em que expressam o encontro entre a visão evolutiva, que menciona fases, e o esforço conceitual, que propõe tipos Mas é sempre útil saber relativizar, encontrando a medida além da qual o uso de tais expressões fica abusivo ou ingênuo.

É mais ou menos semelhante o caso das alusões, tornadas hoje lugar comum, à **crise,** e com ela ao advento de indicativos desqualificadores, tais como a massificação, a burocracia, o organizacionismo, a vulgaridade (Heidegger mesmo aludiu a coisas assim para mencionar a queda de nível do humano, a queda no **se:** Bourdieu recolhe criticamente o tema em seu estudo sobre a ontologia política do filósofo da Floresta Negra).

E como as ressonâncias de certos conceitos (ou suas "conotações") têm o que ver com sua procedência ou sua relação com âmbitos culturais, há que ver-se se a teoria política que se constrói se destina ao "mundo" inteiro, visando valer para orientes e ocidentes, ou se volta para determinado contexto, para tal ou qual continente, nação ou classe.

* * *

Muitos pensadores têm começado pelo próprio conceito de política. Este conceito, como se sabe, ocorre com certo relevo na obra de Carl Schmitt (um autor pró-nazista com alto nível teórico e meio contagiado, creio, pelo expressionismo), que definia o "político" como um tema dominado pelo binômio amigo-inimigo. Claro que a definição schmittiana tinha o que ver com suas concepções gerais, mas o binômio acerta na parte da política que concerne à disputa: luta que não se confunde com a inimizade **pessoal.** Mas a política, que é muito mais do que o direito o espaço do imprevisível, comporta angulações conceituais muito variadas: não se pode reduzí-la ao econômico, nem ao cultural, nem ao militar - como sempre pensam os teorizadores da guerra desde pelo menos Clausewitz.

A propósito disto cabe repensar o conceito de **política** (e "politicidade") no sentido de sua amplitude. Os tempos modernos, com a consolidação das imagens e das disciplinas que cercam ou completam a da política (economia, direito etc.), tenderam a estreitar seu conceito, restringindo seu perfil até quase confundí-lo com o do Estado. Hoje porém se pode retomar a noção de política em sua devida larguesa, correlata da antiga idéia de **polis** e da integrativa pluralidade de conteúdos que ele conduz.

## 3. O material histórico

Passemos ao material histórico, cuja importância não se necessita enfatizar. Sem ele não se pode elaborar uma teoria política - nem qualquer teoria nos domínios das ciências "sociais", a menos que se queira ficar ao nível das cogitações conceituais sem buscar a compreensão mais **funda.** Mesmo a reflexão axiológica necessita da referência aos lastros históricos: os valores ocorrem na história, constróem-se conceitualmente dentro da história, e por outro lado a história se compreende melhor com a alusão a elas.

Na história encontram-se, ou à história atribuem-se, linhas demarcatórias: "a história" é um conceito vago que ganha sentido (e imagem) se se pensa nas partes que a constituam: partes, fases, "contextos". E naquelas linhas se situa (porque a história é feita de espaços, onde as coisas se **situam**) a problemática do "antigo".



Não vou esquadrinhar a validade do termo, já recusada pela crítica, que inclusive sabe sua origem e sua intenção, mas fixar a noção de **antigo** como contraponto de "moderno", ainda na século XIX (em Benjamin Constant por exemplo). Aliás o tema das distinções entre política antiga e moderna tem sua história, que inclui Maquiavel, Constant, Croce, Leo Strauss, Finlay, Cerroni. O **antigo** seria o antecedente primeiro, dentro entretanto de um ciclo: a ele se atribui caráter **exemplar** (escrevi em 1975 um ensaio sobre os "clássicos" como exemplares). A ele se atribui sentido de base, ponto de partida e paradigma, confirmado e negado pelas modernidades que se lhe seguem.

Volto por um momento à referência às fotos que representariam o projeto de um palácio. Elas têm como ponto mais alto ou mais expressivo a imagem de ruínas avermelhadas que se alinham entre o primeiro plano e o horizonte. Ou seja, configuram as linhas básicas. Então talvez se possa dizer que as ruínas das teorias antigas (mantidas, restauradas, revisitadas pelos pósteros) vêm dando as linhas básicas para as teorias mais recentes. Ou antes, que devem dá-las, para que as teorias recentes as integram em sua própria e sempre provisória arquitetura.

Com freqüência se tem dito que os textos políticos antigos tinham excessiva relação com monarcas e feitos militares. A observação tem sentido quando se pensa em coras de história com conteúdo político, como as de Heródoto e Tucídides, ou mesmo nas alusões de Maquiavel a tramas, conspirações e vitórias. Este assunto pode ser objeto de reflexão, inclusive a partir da diferença de perspectivas: a moderna (e sobretudo contemporânea), ligada às ciências relativizantes - sociologia, antropologia, psicologia -, e a antiga, presa a uma visão mais ética, mais formal e mais hierática dos fatos.

Entretanto o que se tem de entender são os processos, elementos e combinações através dos quais se formaram as imagens clássicas sobre política. Digo clássicas no sentido de antigas , principalmente greco-romanas, e no sentido de exemplares, com a recepção de que tratei algo acima.

As imagens sobre "cidade" (**polis, civitas, urbs**), "democracia", sobre "povo". Na verdade não são somente os elementos teóricos que dão forma a estas imagens, que são tomadas como expressão de **experiências** peculiares. Claro que há componentes teóricos, dentro do modo como a linguagem fixa porções de expe-

riência. Mas em certos casos constatam-se interferências. Um caso interessante no pensamento antigo (antigo em sentido amplo), e aqui retorna o assunto dos feitos militares, é a ligação entre a alusão ao êxito na guerra e a excelência dos governos. Encontramos isto na glorificação dos monarcas, que nos relatos egípcios e caldeus aparecem como esmagadores de inimigos, e que nos baixo-relevos aparecem enormes diante do diminuído talhe dos derrotados. Mas também no pensamento grego as vitórias militares são mencionadas como comprovação das vantagens da democracia. Pode-se citar no caso as observações de Heródoto sobre os gregos representando a liberdade, contra os persas representando o despotismo (o tema se complica em Tucídides, no qual aparece a imagem de uma cisão entre a cidade e o exército). O assunto está colocado com luminosa erudição no livro de Nicole Loraux "A invenção de Atenas", e no de Cynthia Farrar sobre "As origens do pensamento democrático". Há também algo a respeito no estudo de Marcos A. P. de Souza sobre o estrangeiro e o bárbaro na antiga Grécia, dentro do volume "Cultura Grega Clássica", organizado or Loiva Felix e Miriam Goettens, editado pela UFRS.

**Mutatis mutandis,** e bem em nossos dias, confusos dias, acha-se o trabalho dos meios de comunicação "ocidentais", e de alguns intelectuais pouco independentes, no sentido de associar os êxitos militares norteamericanos à validade do **way of life** dos States, e da excelência de sua forma de governo. Isto ocorreu muito claramente nos dias da guerra do golfo, quando o poderio bélico de uma nação grande e rica se impôs sobre um povo pobre e mal armado, destruindo paredes antiquíssimas em nome de interesses econômicos e em proveito dos elogios ao orgulho do vencedor.

* * *

Interpretações: do mesmo modo que um conjunto de fatos se torna inteligível em função de uma idéia unificadora que remete as partes a uma perspectiva maior, assim os dados e os elementos de uma teoria se organizam segundo um pensamento mais ou menos central que corresponde a um "entendimento" e portanto a uma interpretação. Cada uma das grandes teorias (ou dos grandes "sistemas") historicamente dadas são montagens interpretativas organizadas dessa forma: assim a de Platão, assim a de Hobbes, a de Rousseau etc. A teoria do matriarcado foi no século XIX uma



especial maneira de entender determinadas coisas, como o foi o darwinismo , como o marxismo (este inclusive fundindo a teoria econômica inglesa com moldes hegelianos adaptados a uma intenção específica).

Ao trabalhar sobre problemas genéticos, e nisto se centra a construção de qualquer "teoria", encontra-se o material de idéias - idéias historicamente situadas - escalonado em diferentes planos. Ou seja, as coisas empilhadas nos diversos **pátios,** a que me referi no início, têm diferentes formatos e se relacionam de diferentes modos. O conhecimento dos textos clássicos é sem dúvida essencial, mas além deles há que conhecer o que se disse ou se diz sobre eles; aliás o mais comum é ler-se "sobre" os autores maiores, mesmo os modernos, e depois **chegar-se** ao contacto direto com eles. Lêem-se histórias do pensamento político, com exposições sobre os socialistas, depois se tenta o acesso às obras de Proudhon ou Fourier. Às vezes a sensação que se tem é a de um **recuo** (um recuo às "fontes"), quando se passa do que Jaeger diz de Platão à leitura dos próprios diálogos do filósofo; o recuo pode ser também a leitura dos antigos após os modernos, coisa que o entendimento didático poderá figurar como uma busca das "raízes" - e é realmente isto mesmo.

O problema consiste aí, como em outras áreas, em uma busca de constantes. Mas também é uma busca de diferenças, pois a compreensão histórica das coisas sempre comporta um jogo de semelhanças e diferenças. Às vezes pode surgir a pergunta sobre o que fazer com certas informações: Finlay, em seu livro sobre "A Política no mundo antigo" nos ensina várias coisas sobre a criatividade dos antigos no campo legislativo e no eleitoral, mas ao mesmo tempo sabemos que o **mundo** antigo era outro, e a informação acaba ficando a meio entre a referência erudita e a sugestão condicionada.

Os antigos: sempre a alusão a eles, e pessoalmente considero-a muito importante. Há porém certos autores - inclusive de língua inglesa, e contra o olímpico empenho acadêmico dos alemães do tempo de Mommsen - que a propósito de instituições antigas, ou de hábitos e idéias, colocam problemas atuais, como se houvesse plena identidade de circunstâncias. É o caso de Crane Brinton em seu "Homens e Idéias", e o de Finlay no citado "A Política no mundo antigo". Na verdade a colocação de problemas do tempo do historiador é cabível, mas com outro caminho, passando devida-

mente pela alusão ao plano do **humano** e das "idéias gerais". Talvez seja por isto: tal caminho e tal alusão correspondem a uma visão muito genérica das coisas, que os ingleses não têm, e não a têm por não possuirem espírito metafísico e serem infensos ao hegelianismo.

Busca de constantes: e aí se coloca a necessidade de testar a própria noção de **política** através do contacto com conceitos gerais como poder, autoridade, conflito, legitimidade. Ou então a clássica noção de "bem comum", de fonte aristotélica e veiculada pelo neotomismo. Ou ainda, já que não só de lutas vive a política, a idéia de **concórdia,** que na cultura romana teria algo a ver com a **prudência,** e que teve presença explícita na obra de Cícero (Felix Lamas publicou sobre o tema, em Buenos Aires, 1975, um livro convencional e tradicionalista, mas afinal interessante). Concórdia e discórdia seriam realmente pontos de referência para a descrição de vários tipos de situação política, inclusive em termos de atuação partidária e militância ideológica.

## 4. Subsídios: literatura e psicologia.

Mencionei os clássicos. Aliás sempre os menciono: são exemplares, são paradigmas etc. E neles, além de outras coisas -, está o modelo do que quer que se pretenda ter como racionalismo e como formulação didática, já no extremado caso de Platão já nos sóbrios equilíbrios de Aristóteles. Mas vemos também, no pensamento grego, um racionalismo sempre ligado à persistência do mito. O mito permaneceu nele como fonte de exemplos e como contraponto ao que poderia ser, no racionalismo, uma tendência excessiva, ou seja uma tendência a reduzir a razão a "método". Termos e temas provindos do acervo mitológico e poético permaneceram nos debates filosóficos estabelecidos a partir do século VI a.C.

Os clássicos **ficam** como pontos de referência. A frase é óbvia, mas quero dizer que tais "pontos" são sempre reinterpretáveis, e sempre está em aberto o tema da correlação entre eles. Em Maquiavel as correlações são freqüentes. Nos autores contemporâneos sempre se encontra a ligação entre Bodin e Hobbes - tão díspares contudo -, entre Hegel e Marx (igualmente díspares), entre Rousseau e Hegel: esta mais incomum e feita de passagem, mas com acerto, pelo hoje injustamente pouco citado Harold Laski. Uma correlação muito relevante e nem sempre percebida é a que



cabe ser feita entre Platão e Rousseau, que Eugénio Imaz compara a propósito de dois enfoques especialíssimos - a relação entre o político e o trágico, e a distinção entre comunidade e sociedade (**Topía y Utopía,** México, 1946, págs. 35 e 70).

A vinculação entre política e literatura se acha na já citada presença de frases de Homero nos filósofos gregos, acha-se nos próprios trágicos e nos historiadores (tomando-se a historiografia grega como um gênero literário). Presença de temas políticos em Shakespeare, como em geral nos grandes autores do Renascimento e do Barroco. Dante poeta e pensador político. Prefácios políticos em Victor Hugo. Antes, dimensão literária nos homens da Revolução Francesa. Literatura e revolução. Nascionalismos e messianismos dentro da literatura ou expressados como literatura. Importância da "conscientização" latinoamericana através de sua literatura (remete inclusive ao ensaio de Alejo Carpentier).

Sempre é importante (ou interessante) inserir algumas alusões à psicoanálise. Elas foram em parte responsáveis pelo êxito de Foucault e outros de sua geração como filósofos; elas permitem ao leitor acompanhar ou imaginar conexões com biografias e épocas, com certos conceitos básicos, com alternativas ideológicas. Além disso os motivos psicoanalíticos - ou amplamente "psicológicos" - proporciam o uso de componentes estéticos: análise de obras de arte, análise de comportamentos e gestos famosos, cenas e cores de Viena no tempo de Freud, figuras como Lou-Andreas Salomé em possível correlação com o Império Austro-Hungaro.

Realmente o contacto com o material literário revela muito do lado existencial e humano que existe na elaboração e na aceitação de teorias políticas, como de **teorias** em geral. Vale transcrever este lúcido parágrafo de Pierre Bourdieu em livro sobre a ontologia política de Heidegger: "Os historiadores da filosofia esquecem muitas vezes que as grandes opções filosóficas que balizam o espaço dos possíveis, neokantismo, neotomismo, fenomenologia etc., se apresentam sob a forma sensível de pessoas temerosas nas suas maneiras de ser, de se posicionar, de falar, sua cabeleira branca e seu ar olímpico, e em associação com as disposições éticas e escolhas políticas que lhes dão uma fisionomia concreta" (pág. 71 da ed. Papirus).

## 5. Preservações e destruições

Com o passar dos tempos constituem-se "tradições" culturais, que são a relativa continuidade de formas, temas ou tendências. Dentro delas sobrevivem doutrinas, nomes e obras, que se modificam ou se cogregam ao passar de um contexto a outro. A cultura política, evidentemente, inclui também tradições deste tipo, e assim temos o platonismo tantas vezes ressurgente - inclusive dentro do gênero chamado "Utopia" -, temos a teoria da razão-de-Estado, temos o socialismo e o conservadorismo com suas variantes. Dentro das tradições, que com freqüência se fragmentam, preservam-se idéias básicas e igualmente componentes secundários, quer em função de fidelidades ideológicas que em função permanência de interesses acadêmicos. Mas há também partes que se perdem ou que de destróem, como se caíssem de moda ou perdessem o interesse: assim o tema do contrato social (que saiu de pauta mais ou menos a partir do romantismo), assim o debate sobre os poderes espiritual e temporal, que ocupou boa parte da Idade Média. Algo como a troca ou o abandono de planos, no "Palácio" a ser construído a partir das fotos.

O debate sobre teorias **outras** (e anteriores) correspondem, em uma teoria, àquilo que se chamava de **pars destruens.** A **pars construens** - com freqüência menos interessante - é representada pelas idéias que compõem "sistematicamente" a teoria. Existe em toda teoria aquilo que chamei uma vez "estratégia de persuasão", com uma linguagem própria ou ao menos um elenco de metáforas centrais. A parte polêmica em cada teoria pode centrar-se em sua referência às outras na arquitetura de conceitos que se elabora como espaço doutrinário próprio.

Falei acima em conservadorismo. O **conservadorismo** se compreende dentro de alguma das polaridades ou polarizações que habitualmente se encontram dentro do pensamento social. Polarizações que aparecem na cultura antiga e na medieval, mas que parecem tomar aspecto mais mítido com os modernos, sobretudo com os indicativos "direita" e "esquerda" a partir da Revolução Francesa, e da opção entre estatismo e liberalismo, complicada com as opções socialistas e com o próprio conservadorismo, entendido de início como "oposto" do liberalismo ou como avesso à revolução. Na verdade o conservadorismo pode apresentar nuances e graus, havendo uma atitude conservadora genética e outra específica - relativa a determinadas coisas -, esta ligada a um conservadorismo pessoal que pode aparecer em figuras revolucionárias dentro de **momentos** peculiares: em Robespierre, de certo modo. A atitude conservadora pode, por outro lado, relacionar-se com o "apego" a coisas passadas (Mannheim distinguiu entre este apegp, que seria tradicionalismo, e o conservadorismo propriamente dito), e como contrapartida temos o desapego a elas: a tendência a não conservar nada, própria aliás das sociedades subdesenvolvidas, em geral supervalorizadoras do "novo" e sem consciência cultural suficiente para a compreensão do "antigo".



* * *

## 6. Ciência, relativismo, sentido histórico

O racionalismo, com seus excessos, tem o que ver historicamente com o **modo** dominante de pensar da cultura ocidental. Ele parece algo universal na medida em que os modos de ser do ocidente se vêm expandindo: colonialismo, imperialismo, "civilização planetária". Entretanto as variáveis regionais e nacionais existem (um pouco contra a imagem do "declínio das nações", objeto de um meu ensaio), e existem épocas em que os nacionalismos eclodem. Nacionalismos, revoluções, radicalismos, a tudo isto se opõe o relativismo, um fenômeno ligado ao longo processo chamado secularização cultural. Neste processo entra o racionalismo, que se converte em cientificismo e prepara a tecnocracia, mas em troca abre o caminho ao criticismo e aos relativismos, instalando nestes caminhos díspares as perplexidades do homem de hoje. Daí (vale a pena anotar) a importância da antropologia filosófica dentro de épocas como a nossa, nas quais o humano se põe à prova - o humano com suas constantes, seus extremos, suas contradições. Uma teoria política deve construir-se fora dos modelos físico-matemáticos e dentro dos criticismos viáveis, dentro do humanismo mais flexível e mais tolerante.

Sob certo aspecto pode-se dizer que todo o pensamento político - a partir das principais fontes gregas - vem constituindo uma vasta e movimentada discussão sobre as **formas de governo:** uma interminável discussão ocupando libelos e panfletos, tratados universitários e pronunciamentos políticos. E nos séculos mais recentes o debate sobre formas de governo vem sendo um largo de-

bate sobre a democracia, com sua conceituação sempre difícil e sua concretização (ao menos pretendida) nos ismos que agitam o espírito contemporâneo. Na complexa esteira dessa discussão entra o problema dos valores políticos e sua relação com as estruturas sociais, e neste problema se inclui o da igualdade e da desigualdade. A questão das elites se insere aí, uma questão hoje deformada por tantos malentendidos e preconceitos.

O grande equívoco a conjurar é a idéia, entre tendenciosa e ingênua, de que a história acabou, a política acabou, acabou-se a "ideologia". Este seria o desejo dos grandes dominadores, ou seria esta a impressão de quem vive em grandes escritórios internacionais do "primeiro mundo". Para os povos do terceiro mundo a história segue existindo, e para os do primeiro e do segundo também: política e opiniões políticas existirão enquanto o homem existir, ao menos enquanto ele não emigrar para outro planeta ou não retornar à vida nas cavernas.